



Demonstrações Financeiras

Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A.

31 de Dezembro de 2011



Demonstrações Financeiras

Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A.

31 de Dezembro de 2011

Demonstrações Financeiras
Cartáqua - Águas do Cartaxo, S.A.
31 de Dezembro de 2011

Índice

Certificação Legal das Contas
Balanço
Demonstração dos Resultados por Natureza
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio
Demonstração Fluxos de Caixa
Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
Relatório de Gestão

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Cartáguas - Águas do Cartaxo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 19.217.277,22 Euros e um total de capital próprio de 1.658.894,56 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 191.498,03 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

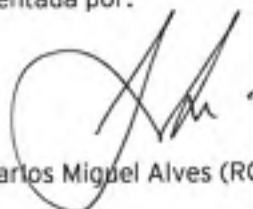
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
CONJUNTURA ENVOLVENTE.....	5
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	5
1. TELECOMANDO E TELECONTROLO	6
2. ACONDICIONAMENTO DOS DEPÓSITOS DE ÁGUA POTÁVEL	6
3. ACONDICIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO	6
4. ACONDICIONAMENTO DOS FUIROS.....	6
5. ACONDICIONAMENTO DAS DIFERENTES ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS.....	6
6. SECTORIZAÇÃO	7
7. RENOVAÇÃO DE CONTADORES.....	7
8. SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA.....	7
9. PLANO DE REDUÇÃO DE FUGAS	7
10. FACTURAÇÃO	7
11. INVESTIMENTO.....	8
BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA.....	9
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO.....	11
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE	11
DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL.....	13
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	14
AGRADECIMENTOS	14
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	19
1. NOTA INTRODUTÓRIA	19
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	19

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	19
3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA	19
3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	21
3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS	21
3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	21
3.5. INVENTÁRIOS	22
3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO.....	22
3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23
3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS	23
3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	24
3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS	24
3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	24
3.12. GESTÃO DO RISCO.....	25
3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS.....	25
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	25
5. PARTES RELACIONADAS	25
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	26
7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	27
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES	27
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
10. ACCIONISTAS/SÓCIOS.....	28
11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES.....	28
12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	29
13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	29
14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	30
15. CUSTOS COM O PESSOAL.....	31
16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31

Handwritten signature and initials in blue ink.

17. OUTROS GASTOS E PERDAS	31
18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	31
19. RESULTADOS FINANCEIROS	32
20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	32
21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	32
21.1 ACTIVOS CONTINGENTES	32
21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS.....	33

CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Actividade reportada ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011

e sua comparação com a do período homólogo de 2010

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. do período findo em 31 de Dezembro de 2011.

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo.

No dia 18 de Março de 2010, foi celebrado com o Município do Cartaxo, por um período de 35 anos, o contrato de concessão, tendo a Cartágua iniciado formalmente a sua actividade, enquanto gestora do serviço de águas e de saneamento no dia 1 de Outubro de 2010.

Com a capacidade e know-how dos seus sócios, a Cartágua pretende apresentar um projecto baseado em dois pilares que considera fundamentais:

- Máxima qualidade do serviço, através da utilização de tecnologia de ponta e de uma orgânica de pessoal constituída por profissionais altamente qualificados.
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente)

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., dedica-se exclusivamente à Exploração e Gestão do Sistemas Públicos de Distribuição de Água para Consumo Humano e Recolha de Efluentes do Concelho do Cartaxo, tendo elegido de base, duas vertentes fundamentais para o desempenho eficiente da sua actividade, na vertente técnica:

- Gestão dos reservatórios em baixa;
- Gestão dos grupos hidropressores;
- Gestão da rede de água potável em baixa;
- Gestão da rede de saneamento em baixa.

A gestão destes sistemas assenta fundamentalmente na:

- Manutenção e conservação das Infra-estruturas e equipamentos;
- Melhoria contínua das actuais condições;
- Construção de novas Infra-estruturas.

e na vertente Comercial:

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

- Focalização no utilizador (Cliente).

A Cartágua assumiu, como seu objectivo principal, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A Concessão tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo ainda a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

CONJUNTURA ENVOLVENTE

2011 poderá ser considerado o ano em que foi desencadeado o processo de ajustamento da economia portuguesa que, entre outras consequências, acarretou uma desalavancagem muito marcante do sector privado.

A crise da dívida soberana europeia, que deverá fazer parte do contexto macroeconómico, apesar da perspectiva optimista do FMI, representa um risco para a evolução económica regional, inclusive com potencial para afectar a económica global caso não seja desenvolvida uma solução ampla e compreensiva por parte das autoridades europeias.

A este respeito, deve salientar-se o risco decorrente de uma ligação demasiado próxima entre instituições financeiras e o comportamento do prémio de risco soberano.

Presentemente vivemos um período de forte contracção da procura interna e as perspectivas para a economia portuguesa, mesmo para o futuro mais próximo, revestem-se de um elevado grau de incerteza, influenciado ainda, externamente, pela grave crise da dívida soberana e pela própria desaceleração da economia global.

A acentuada contracção registada durante o ano de 2011 na economia portuguesa deverá, segundo todos os indicadores disponíveis, prolongar-se, e mesmo agravar-se durante o ano de 2012.

A significativa quebra da procura interna potenciada pela perspectiva de um tendencial abrandamento do consumo dos privados, condicionará ainda mais a situação nada favorecida pelos factores exógenos decorrentes das situações vividas nas grandes economias.

Adicionalmente, o impacto sobre a procura interna, quer das medidas de consolidação orçamental quer das medidas de natureza estrutural a implementar pelo governo português, está envolto em grande incerteza, tanto no diz respeito à sua magnitude como ao seu perfil temporal.

Em particular, as medidas de consolidação orçamental implicam uma contracção sem precedente do rendimento disponível, num contexto em que as condições de financiamento permanecerão restritivas, sendo particularmente difícil antecipar o seu impacto sobre as decisões de despesa das famílias e empresas.

PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA

Como forma de demonstrar o empenho e dedicação da Cartágua na melhoria constante do serviço a que se propôs, foi projectado um plano de investimentos ambicioso, de quase 14

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

milhões de euros, a serem investidos no serviço de água do Concelho do Cartaxo, que irá para além do exigido no concurso público e que terá como rubricas principais:

1. Telecomando e telecontrolo

- Motivo: Controlar e comandar remotamente todo o sistema de abastecimento de água e recolha de efluentes.
- Intervenção: Implementar um sistema de telegestão, quer no sistema de distribuição de água para consumo público, quer no sistema de recolha de efluentes, com a finalidade de dispor de uma ferramenta fiável e eficaz que permita otimizar a gestão e a automatização das instalações de abastecimento de água e de saneamento do concelho do Cartaxo.

2. Acondicionamento dos depósitos de água potável

- Motivo: Para se conseguir garantir a qualidade do serviço é necessário que os depósitos se apresentem em boas condições de manutenção, por forma a evitar possíveis fugas ou contaminações da água armazenada.
- Intervenção: Substituição de válvulas e outros elementos de canalização, incluindo a revisão e actualização dos elementos electromecânicos, a instalação e renovação de contadores de saída, para além de trabalhos de pintura, serralharia, caldeiraria e construção civil.

3. Acondicionamento das Instalações de Água de Abastecimento Público

- Motivo: Para garantir a qualidade do serviço é necessário que as instalações estejam em boas condições de manutenção e assim evitar possíveis fugas ou contaminações da água armazenada.
- Intervenção: Substituição de válvulas e outros elementos de canalização, revisão e actualização dos elementos electromecânicos, renovação de quadros eléctricos, mudança de válvulas e outros elementos de canalização e trabalhos de pintura, serralharia, caldeiraria e construção civil.

4. Acondicionamento dos furos

- Motivo: Para garantir uma fonte de abastecimento.
- Intervenção: Substituição de tubagens e dos elementos electromecânicos (Bomba e motor), renovação dos quadros eléctricos de manobra e controlo que se encontram deteriorados, trabalhos de pintura, serralharia e construção civil.

5. Acondicionamento das diferentes Estações Elevatórias

- Motivo: Prevenir possíveis avarias que possam chegar a interromper a distribuição de água potável a alguma zona do concelho, ajuda a evitar e a localizar as possíveis fugas que se produzam.
- Intervenção: Renovação ou melhoria dos elementos electromecânicos, renovação dos quadros eléctricos de manobra e controlo que se encontrem deteriorados e trabalhos de serralharia.



6. Sectorização

- Motivo: Com a realização desta actuação conseguir-se-á facilitar o controlo e a detecção de possíveis fugas existentes na rede de distribuição, assim como minimizar as zonas afectadas pelos cortes no abastecimento produzidos pelas reparações dessas mesmas fugas.
- Intervenção: Renovação e melhoria da rede de abastecimento existente, colocação de caudalímetros de sector, nova instalação de válvulas, caixas de manobra, ventosas e diversos trabalhos de canalização e construção civil inerente à melhoria da rede existente.

7. Renovação de contadores

- Motivo: Evitar a existência de erros na medição dos mesmos, garantindo que, a cada cliente, se lhe facture a quantidade de água que efectivamente consumiu.
- Intervenção: Renovação de 100% do parque de contadores num período máximo de 2 (dois) anos.

8. Sistema de Informação Geográfica

- Motivo: Este sistema proporcionará um perfeito conhecimento do sistema de distribuição de água para consumo público do concelho, permitindo a planificação de novas actuações com vista ao melhoramento da rede de distribuição e facilitando a reparação das avarias que acontecem na rede pelo rápido conhecimento dos diferentes elementos nela implicados.
- Intervenção: Realização e levantamento do cadastro da rede de abastecimento do Concelho, modelação da mesma informaticamente.

9. Plano de redução de fugas

- Motivo: Evitar perdas da rede de abastecimento, melhorar o rendimento da rede, detectar fraudes e melhorar a qualidade do abastecimento aos nossos clientes.
- Intervenção: Verificação dos 140km de rede de abastecimento existente no Concelho do Cartaxo, bem como possíveis fugas nos ramais.

10. Facturação

- Melhoria do sistema de facturação e cobrança: campanhas e estratégias comerciais de gestão de cobrança dirigidas a cada grupo de clientes.

Por esse motivo, são realizadas leituras mensais, o trabalho de leitura dos contadores de Água é realizado por 3 (três) leitores, percorrendo mensalmente a totalidade do parque de contadores existente;

- Diversa: Software orientado para a Gestão de Clientes que ajuda a avançar em três campos: Execução do ciclo comercial, controlo de gestão e atendimento ao cliente.

- Modelo de facturação específico para o Concelho do Cartaxo, tendo em consideração e principal atenção as indicações e tabelas tarifárias aprovadas pelo Município do Cartaxo.

11. Investimento

Relativamente à totalidade do investimento que está previsto realizar-se, ao abrigo do acordado no Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais de Cartaxo, celebrado entre o Município do Cartaxo e a Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., será repartido, tanto na rubrica de infra-estruturas de tratamento de água como na rubrica de infra-estruturas de saneamento, como apresentado no seguinte quadro resumo:

Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	5,854,821.00 €	
		Baixa	921,677.00 €	
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	454,549.00 €	
		Baixa	252,718.00 €	
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74,329.00 €	
		Baixa	141,225.00 €	
	Vale da Pedra	Alta	365,927.00 €	
		Baixa	102,917.00 €	
			Sub-total	8,168,163.00 €
	Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	527,163.00 €
Baixa			27,444.00 €	
Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta		Alta	1,790,119.00 €	
		Baixa	183,620.00 €	
Vale da Pedra, Casal Lagartos		Alta	830,212.00 €	
		Baixa	91,482.00 €	
Valada, Porto Muge		Alta	1,033,742.00 €	
		Baixa	91,482.00 €	
Eira, Lapa		Alta	1,056,091.00 €	
		Baixa	51,458.00 €	
		Sub-total	5,682,813.00 €	
		Total	13,850,976.00 €	

Aquando do início da gestão efectiva da Cartágua, revelou-se que grande parte das infra-estruturas de água e saneamento do concelho necessitavam de obras e alterações para o seu melhor desempenho.

De um total de 13.850.976,00 euros de investimento previsto no Plano de Investimento da empresa, 8.168.163,00 euros estão destinados à rubrica de abastecimento, ficando os restantes 5.682.813,00 euros destinados à rubrica de saneamento.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Detalhe do Plano de Investimentos a Dezembro de 2011



A Cartágua é a empresa responsável pela exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água incluindo tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho do Cartaxo, e pela execução do Plano de Investimentos, com vista à ampliação das redes de abastecimento de água e saneamento, construção de reservatórios, reabilitação das infra-estruturas e melhoria dos serviços prestados aos munícipes e à melhoria da qualidade de vida e ambiental, e defesa da saúde da população do Cartaxo, através da eliminação de focos de insalubridade pública e da utilização quotidiana de água segundo os padrões nacionais e europeus.

O objectivo estratégico da Cartágua continua alicerçado na continuação da melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população, na vertente do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, mantendo-se a renovação e remodelação das redes e equipamentos como a primeira prioridade dos investimentos a efectuar .

Em linha com o mencionado anteriormente, está o investimento em infra-estruturas, que representou durante o ano de 2011, um montante de 1,008,719.63 euros, relativamente ao total do Plano de Investimentos total.

BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

Relativamente ao ano de 2011, agora findo, podemos considerar que a actividade da Cartágua decorreu de forma moderadamente satisfatória, tendo em conta os resultados obtidos, abaixo dos valores previstos no plano estratégico para o período em análise.

Há a registar como facto relevante de ser mencionado neste relatório a assinatura de um Protocolo de Ajustamento Temporário ao Tarifário em Vigor, o qual foi aprovado em reunião da assembleia municipal de 1 de setembro de 2011, segundo o qual , e por encontro de contas, a Cartágua poderá deduzir à retribuição anual a pagar ao Município, como compensação pela aplicação do ajustamento temporário ao tarifário, as quantias correspondentes ao diferencial entre a receita efectivamente obtida pela Cartágua e aquela que obteria caso aplicasse aos utilizadores as tarifas previstas no tarifário aprovado no âmbito do Aditamento ao Contrato de Concessão.

Relativamente ao volume de negócios, o mesmo atingiu no final do período em análise, cerca de 3.790 milhões de euros (2.781 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 1.009 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), ligeiramente acima do estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.



Relativamente aos resultados obtidos pela empresa no período em análise, e apesar de bastante significativos sob o ponto de vista de geração de cashflow (EBITDA), estes situaram-se substancialmente abaixo das estimativas realizadas inicialmente, tendo contribuído decisivamente para esse facto, o ajustamento na contabilização (por recomendação do órgão de fiscalização e auditoria da Cartágua) do item Retribuição a Pagar ao Município.

O Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) representa em 2011 cerca de 40.66% das Vendas e Serviços Prestados pela empresa (corrigidos do efeito da aplicação da IAS 11) contra um valor de 48.35% no ano anterior.

Ao nível dos resultados líquidos e meios libertos, a sua influência e evolução poder-se-á medir através dos seguintes indicadores económicos:

	Ano 2011	Ano 2010
Rentabilidade do Activo Total	(1.00%)	0.00%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	(11.54%)	0.02%
Rentabilidade das Vendas	(5.05%)	0.05%
EBITDA	1,130,721.80	397,962.81

Tendo em mente a conjuntura nacional e o período de actividade da empresa, os resultados acima mencionados, foram conseguidos, apesar de tudo, através de acções de gestão criteriosas sobre os custos e proveitos resultantes da actividade normal da empresa.

Relativamente à capacidade financeira da empresa de gerar cashflow a longo prazo, as boas práticas de gestão em tudo apontam para que a Cartágua tenda no futuro a manter, ou inclusivamente a melhorar a performance conseguida no período de actividade de 2011.

Independentemente dos resultados apresentados para o ano agora encerrado e dos resultados expectáveis para o ano de 2012, não deixa de ser importante salientar que a Cartágua continuará a efectuar um esforço contínuo para a melhoria da sua performance operacional e de gestão.

A Cartágua atingiu no ano de 2011, e relativamente à rubrica de Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos o valor de 1.130,721.80 euros.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) da empresa situou-se em 477.860,76 euros relativamente ao período em análise neste relatório.

O Resultado Antes de Impostos atingiu para o período em análise o montante negativo de 258,146.80 euros. Este valor negativo deve-se à forma de contabilização do item Retribuição a Pagar ao Município, conforme acima explicado.

Caso esta alteração não tivesse ocorrido, o resultado líquido seria positivo.

Para os resultados financeiros da empresa, que ascenderam a 736,007.56 euros negativos, contribuíram:

- em cerca de 253,393.41 euros, as necessidade de financiamento relativamente aos investimentos a efectuar, previstos no contrato de concessão para Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Município do Cartaxo.

- em cerca de 482,614.15 euros, através de aplicação do critério de mensuração do valor do ativo intangível a reconhecer, tendo em conta a retribuição anual definida a pagar pela concessionária à concedente, devida a título de contrapartida pela cedência da utilização das infra-estruturas e equipamentos (durante 35 anos), uma vez que a interpretação das normas contabilísticas aplicáveis aponta para que o passivo financeiro mensurado pelo justo valor no reconhecimento inicial e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, resultando desta forma o desreconhecimento de 6,322,680.38 euros no activo intangível.

É importante considerar que este montante, não afecta o valor do EBITDA da Cartágua.

Os custos financeiros representaram no período em análise 26.46% do total dos proveitos obtidos (corrigidos da aplicação da IAS 11 - Contratos de Construção).

Os resultados líquidos negativos, que ascendem a 191,498.03 euros, representam uma alteração significativa face ao ocorrido no período homólogo de 2010.

É importante realçar que o facto de as amortizações não serem aceites fiscalmente favorece a Cartágua, uma vez que o Imposto Diferido Activo melhora o Resultado Líquido do Período, não existindo uma contrapartida directa na estimativa de imposto, pelo facto de o Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo.

	Ano 2011	Ano 2010
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	1,130,721.80	397,962.81
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	477,860.76	101,379.82
Resultado Antes de impostos	(258,146.80)	1,008.54
Resultado Líquido do Período	(191,498.03)	392.59

Os índices de produtividade apresentaram uma melhoria relativa da performance, face ao ano anterior, apesar das actuais condições da economia portuguesa.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A Administração considera que os resultados obtidos pela actividade da empresa, desde o período em que esta se iniciou formalmente, evidenciam a sua capacidade em gerar resultados estáveis, quer a nível económico-financeiro quer ao nível da gestão corrente.

A análise da evolução da actividade dos primeiros meses de 2012, perspectiva com reservado optimismo, no mínimo a manutenção da situação verificada no período de 2011, tendo em conta a eventual conclusão, até ao final do terceiro trimestre de 2012 da formalização com o Município do Cartaxo do acordo relativo à revisão do Contrato de Concessão, pela adaptação ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto.

No âmbito do Planeamento Estratégico a desenvolver pela Cartágua, mantiveram-se para os anos vindouros, definidos os indicadores, objectivos, projectos e mapas estratégicos, traçados em anos anteriores.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos recursos:

- A optimização constante dos Recursos Humanos;
- O incentivar da comunicação interna e o espírito de equipa;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos processos:

- Uma maior eficiência nos processos de gestão contratual;
- A continuação do cumprimento do Contrato de Concessão e manutenção das boas relações com a Concedente;
- A adequação de todos os contratos associados ao Contrato de Concessão às necessidades da Cartágua;
- A implementação de novos processos que visem a melhoria de competências técnicas e eficiência operacional;
- A promoção da eficácia na gestão a todos os níveis.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos clientes:

- A continuação da promoção da excelência na qualidade do serviço e melhoria de vida dos nossos clientes;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à área financeira:

- A maximização da criação de valor e dos Proveitos Operacionais gerados;
- Uma maior optimização dos custos de estrutura;
- A obtenção de um quadro de sustentabilidade a longo prazo.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à nossa missão:

- Assegurar a fiabilidade na recolha e tratamento de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade dos resíduos tratados;
- Contribuir para o desenvolvimento local e a promoção da integração na comunidade local.

Por tudo o mencionado anteriormente, a administração da Cartágua considera que os resultados obtidos pela empresa no ano findo, contribuem para a sua estabilidade a nível económico-financeiro, sendo reveladores do espírito de realização a que a mesma se propôs enquanto entidade privada ao serviço do domínio público, cumprindo escrupulosamente todos os objectivos (financeiros, económicos, de gestão e qualidade de serviço) definidos.

5
R
1

Tendo por base a experiência dos grupos accionistas, é desde já possível garantir, tanto ao Município do Cartaxo como aos seus munícipes os benefícios mais imediatos:

Principais benefícios para o município

- Apoio e fiabilidade de dois grandes grupos – FCC e Lena;
- Experiência profissional da empresa no ramo, utilização de tecnologia, equipamentos de ponta e apoio técnico aos serviços municipais;
- Libertação dos serviços e técnicos municipais para outras funções;
- Redução de custos, devido à integração dos funcionários nos quadros da empresa;
- Redução de custos de manutenção em instalações de abastecimento e saneamento que agora são suportados pela concessionária;
- Parceria técnica com o Município em todos os aspectos relacionados com água e saneamento no Concelho do Cartaxo;
- Formação específica e contínua dos funcionários, possibilitando a sua progressão profissional dentro de empresa e do grupo;
- Assumir o compromisso relativo à qualidade da água. Apresentação da Carta de Qualidade.

Principais benefícios para o munícipe

- Serviço permanente 24 horas por dia;
- Atendimento rápido e personalizado aos clientes, nos postos de atenção ao público e telefonicamente;
- Funcionários qualificados e especializados nas funções que desempenham;
- Reposição rápida e com qualidade do abastecimento após uma avaria na rede;
- Preocupação de fornecimento de água em quantidade e qualidade;
- Manutenção e limpeza periódica dos colectores de saneamento;
- Factura mensal detalhada e leituras mensais reais;
- Assumir o compromisso relativo a qualidade da água.
- Apresentação da Carta de Qualidade.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 191,498.03 euros negativos, seja dada a seguinte aplicação:

- Para Resultados Transitados: -191,498.03 euros

AGRADECIMENTOS

A administração da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Cartaxo, aos 31 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Miguel Paulo Rangel Santos Henriques

Presidente



Miguel Jurado Ferrández

Vogal



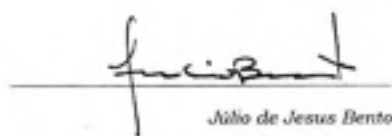
Roberto Pérez Muñoz

Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Julio de Jesus Bento

Vogal

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 ; 6	75,498.86	16,288.82
Activos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	17,095,279.97	16,563,055.21
Activos por impostos diferidos	3.4	81,275.55	
sub-total		17,252,054.38	16,579,344.03
Activo corrente			
Inventários	3.5	69,118.23	
Clientes	3.7 ; 8	1,307,302.91	564,871.61
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 7	49,763.88	6,542.93
Outras contas a receber	3.7 ; 8	383,278.01	362,203.09
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 9	155,759.81	2,388.36
sub-total		1,965,222.84	936,005.99
Total do activo		19,217,277.22	17,515,350.02
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.6	1,850,000.00	1,850,000.00
Reservas legais	3.6	78.51	
Outras reservas	3.6	314.08	
Resultado líquido do período	3.6	(191,498.03)	392.59
Total do capital próprio		1,658,894.56	1,850,392.59
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	3.7 ; 11	8,471,100.73	8,320,358.67
sub-total		8,471,100.73	8,320,358.67
Passivo corrente			
Fornecedores	11	894,929.26	212,977.22
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 7	27,845.91	25,540.42
Accionistas/sócios	3.7 ; 10	5,975,000.00	5,170,000.00
Financiamentos obtidos	3.7		19,507.44
Outras contas a pagar	3.7 ; 11	2,189,506.76	1,916,573.68
sub-total		9,087,281.93	7,344,598.76
Total do passivo		17,558,382.66	15,664,957.43
Total do capital próprio e do passivo		19,217,277.22	17,515,350.02

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 12	3,789,831.37	847,797.92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 13	(85,173.97)	(9,673.77)
Fornecimentos e serviços externos	14	(2,451,418.34)	(338,855.82)
Gastos com o pessoal	15	(457,582.01)	(100,278.90)
Outros rendimentos e ganhos	16	378,807.02	
Outros gastos e perdas	17	(43,742.27)	(1,026.62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1,130,721.80	397,962.81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	(652,861.04)	(296,582.99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		477,860.76	101,379.82
Juros e gastos similares suportados	19	(736,007.56)	(100,371.28)
Resultado antes de impostos		(258,146.80)	1,008.54
Imposto sobre o rendimento do período	20	66,648.77	(615.95)
Resultado líquido do período		(191,498.03)	392.59

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

M R
 A
 ✓

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2,645,210.62	314,691.33
Pagamentos a fornecedores	(1,042,558.36)	(162,273.20)
Pagamentos ao pessoal	(408,391.39)	(88,171.93)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1,863.75)	6,380.17
Outros recebimentos/pagamentos	513,406.97	(134,277.12)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	1,705,804.10	(63,650.75)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(81,915.09)	(20,855.10)
Activos intangíveis	(1,976,020.04)	(6,938,542.46)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(2,057,935.13)	(6,959,397.56)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	805,000.00	5,170,000.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		1,850,000.00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		86,300.51
Juros e gastos similares	(279,990.09)	(100,371.28)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	525,009.91	7,005,929.23
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	172,878.88	(17,119.08)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	(17,119.08)	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	155,759.81	(17,119.08)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

5
1-2-12

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (1)									
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00				78,51	314,08			392,59	1.850.392,59
Aprovação das resultados									(392,59)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	1.850.000,00				78,51	314,08				1.850.392,59
Resultado líquido do período									(191.498,03)	(191.498,03)
Posição no fim do período	1.850.000,00				78,51	314,08			(191.498,03)	1.658.894,56

(1) - O euro, adotado-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (1)									
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total
Subscrição de capital	1.850.000,00									1.850.000,00
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	1.850.000,00									1.850.000,00
Resultado líquido do período									392,59	392,59
Posição no fim do período	1.850.000,00								392,59	1.850.392,59

(1) - O euro, adotado-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

OBSERVAÇÕES ÀS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO:

- (a) Linha relativa aos movimentos resultantes dos ajustamentos relativos a data do balanço inicial / "de abertura", na transição para o referencial contábil IAS/IFRS, em cumprimento da IFRS 1.
- (b) Linha relativa a movimentos por alterações de políticas contábeis que, nos termos da IAS 8, se reportam diretamente ao capital próprio.
- (c) Linha destinada à evidência de movimentos de transferência dentro das rubricas de capital próprio, que não sejam movidas os incluídos nestas linhas.
- (d) Linha destinada a evidenciar movimentos nas rubricas de "Introsas substanciais", reflectidas em resultados líquidos do período ou directamente em rubricas de capitais próprios, distinguindo-as das colunas com o mesmo nome, que reflecte a

CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011****(Montantes expressos em euros)****1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de Março de 2010, tendo como actividade principal a prossecução da Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água para consumo público e de recolha e rejeição de efluentes domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta actividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os actos necessários para a prossecução da sua actividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria continua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num

5
M
H
✓

contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infra-estrutura já edificada pelo município, a construção de novas infra-estruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infra-estruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as as infra-estruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 13.850 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infra-estrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infra-estruturas. Neste sentido a empresa procedeu ao desreconhecimento da provisão por investimento futuro no montante de 12,017,291.75 euros, que se encontrava registada tanto na rubrica de activos intangíveis como na rubrica de provisões – ver nota 6.

O contrato de Concessão estabelece o pagamento de uma renda total durante o período da concessão de 23 milhões de euros.

No momento inicial este passivo financeiro deve ser reconhecido pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensurado pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, razão pela qual a empresa procedeu ao desreconhecimento de 6,322,680.38 euros no activo intangível e no passivo financeiro - outras contas a pagar não corrente, uma vez que tal passivo tinha sido inicialmente contabilizado pelo respectivo valor nominal. (ver nota 6 e nota 11).

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço - o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 - Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 - Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	6 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, Aparelhos e Ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material Rolante ou de Transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos Diversos	3 a 8 anos

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infra-estruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infra-estruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais

próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

- Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no artº 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

- Outros Instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (artº 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (artº 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da Reserva Legal (artº 213 do CSC).

- Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados acumulados negativos.

- Resultado Líquido do Período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na Empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

- Clientes e dívidas a receber:

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrábilidade da dívida.

- Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

- Contas a pagar – não corrente

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo seu justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método do juro efectivo e reflectem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro instrumento financeiro a uma outra empresa ou entidade.

- Fornecedores e Contas a pagar

Os Fornecedores e as contas a pagar que incluem fornecedores de investimento, credores por acréscimos de gastos, pessoal e outros devedores e credores diversos não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

- Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

- Accionistas

Os empréstimos de accionistas encontram-se registados ao custo.

3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção

h
R
P
✓

no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

h
H
K
✓

3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2010.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte dos grupos FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 60.00% da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40.00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respectivos grupos.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2011		Ano 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Fornecedores C/C				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		465,500.46		74,795.25
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.		229,166.10		
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
Accionistas/Sócios				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Madrid)		3,573,000.00		3,090,000.00
<i>(Transacções relativas a empréstimos abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>				
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.		2,402,000.00		2,080,000.00
<i>(Transacções relativas a empréstimos abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>				
Outros Devedores e Credores				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Madrid)		201,043.06		57,174.18
<i>(Transacções relativas ao juro de empréstimos cobrados ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.		102,483.47		
<i>(Transacções relativas ao juro de empréstimos cobrados ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
Total		6,973,193.09		5,301,969.43

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido no valor dos Activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2010	Ajustes	Novo Saldo 31.12.2011	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2011
Activos fixos tangíveis						
Equip. básico	15,675.15		15,675.15	29,620.80		45,295.95
Equip. de transporte				5,273.43		5,273.43
Equip. administrativo	5,179.95		5,179.95	47,020.86		52,200.81
Total	20,855.10		20,855.10	81,915.09		102,770.19
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Activos fixos tangíveis						
Equip. básico	3,918.79		3,918.79	9,857.57		13,776.36
Equip. de transporte				1,318.35		1,318.35
Equip. administrativo	647.49		647.49	11,529.13		12,176.62
Total	4,566.28		4,566.28	22,705.05		27,271.33
Saldo líquido	16,288.82		16,288.82	59,210.04		75,498.86

M
R
✓

ACTIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2010	Ajustes	Novo Saldo 31.12.2010	Aumentos e Reavaliações	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Activos intangíveis						
em Firma	23,000,000.00	(6,322,680.38)	16,677,319.62			16,677,319.62
em Curso	12,042,005.00	(12,017,291.75)	24,713.25	1,008,719.63		1,033,432.88
Total	35,042,005.00	(18,339,972.13)	16,702,032.87	1,008,719.63		17,710,752.50

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Activos intangíveis						
em Firma		138,977.66	138,977.66	476,494.87		615,472.53
Total		138,977.66	138,977.66	476,494.87		615,472.53
Saldo líquido	35,042,005.00	(18,478,949.79)	16,563,055.21	532,224.76		17,095,279.97

Ver política contabilística 3.1 no que respeita à coluna de ajustes.

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2011 o detalhe da conta de Estado e Outros Entes Públicos é o seguinte:

	Ano 2011		Ano 2010	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto Sobre o Rendimento				
Estimativa IRC		13,378.98		615.95
Retenção de Impostos Sobre Rendimentos				
Trabalho Dependente		1,346.00		3,073.00
Trabalho Independente		215.00		298.00
Capitais		4,752.03		3,009.17
Imposto Sobre O Valor Acrescentado (IVA)				
IVA - A Pagar				2,315.52
IVA - A Recuperar	49,651.32		6,430.37	
IVA - Liquidações Oficiosas	112.56		112.56	
Outros impostos				
Contribuições para a Segurança Social		4,823.16		8,649.55
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações		3,212.20		7,329.69
Contribuições para a ADSE		118.54		249.54
Total	49,763.88	27,845.91	6,542.93	25,540.42

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica clientes de conta corrente reflecte o valor a pagar pelos Clientes dos Serviços Municipalizados do Cartaxo à data de 31 de dezembro de 2011.

	Ano 2011	Ano 2010
Clientes		
Clientes C/C	1,307,302.91	564,871.61
Total	1,307,302.91	564,871.61

A 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outras Contas a Receber tinha a seguinte decomposição:

	Ano 2011	Ano 2010
Outras Contas a Receber		
Devedores por Acréscimos de Rendimentos		
Estimativa de Produção Pendente de Facturação (1)	37,203.09	362,203.09
Protocolo de Ajustamento Temporário (nota 3.10)	139,300.63	
Outros Valores a Receber	204,466.79	
Devedores e Credores Diversos	2,307.50	
Total	383,278.01	362,203.09

(1) O valor da rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazimento temporal, entre a facturação e a contagem real do consumos efectuados.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A discriminação de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo a 31 de Dezembro de 2011 e a reconciliação entre esse valor e o montante de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data é como segue:

	Ano 2011	Ano 2010
Caixa	2,333.30	2,388.36
Depósitos à Ordem		
Santander Totta	8,487.15	
Caixa Geral de Depósitos	144,939.36	
Total	155,759.81	2,388.36
Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Descobertos Bancários		19,507.44
Total		19,507.44
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	155,759.81	(17,119.08)

10. ACCIONISTAS/SÓCIOS

A rubrica de Accionistas/Sócios reflecte os empréstimos dos sócios aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A., e Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A., concedidos à data de 31 de dezembro de 2011:

	Ano 2011	Ano 2010
Accionistas/Sócios		
Empréstimos Concedidos		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.	3,573,000.00	3,090,000.00
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	2,402,000.00	2,080,000.00
Total	5,975,000.00	5,170,000.00

11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto a pagar a fornecedores diversos à data de 31 de dezembro de 2011:

Handwritten initials and a signature in blue ink.

	Ano 2011	Ano 2010
Fornecedores		
Fornecedores C/C	894,929.26	212,977.22
Total	894,929.26	212,977.22

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outras Contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	Ano 2011	Ano 2010	ajuste	Ano 2010 Ajustado
Passivo não corrente				
Outras Contas a Pagar				
Investimentos Reversíveis - Acréscimo de Gastos (nota 3.10)	511,166.96	292,016.71	(138,978.04)	153,038.67
Investimentos Reversíveis - Canon a Pagar (nota 3.1)	7,959,933.77	16,050,000.00	(7,882,680.00)	8,167,320.00
Total	8,471,100.73	16,342,016.71	(8,021,658.00)	8,320,358.67

	Ano 2011	Ano 2010	ajuste	Ano 2010 Ajustado
Passivo corrente				
Outras Contas a Pagar				
Pessoal	19,431.48			
Fornecedores de Investimentos	628,870.89	36,170.79		36,170.79
Credores por Acréscimos de Gastos	315,541.02	237,731.45		237,731.45
Devedores e Credores Diversos	535,663.67	82,671.44		82,671.44
Investimentos Reversíveis - Canon a Pagar (nota 3.1 e 3.10)	690,000.00		1,560,000.00	1,560,000.00
Total	2,189,506.76	356,573.68	1,560,000.00	1,916,573.68

12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Vendas	1,651,459.57	688,092.61
Serviços Prestados	1,129,652.17	134,992.06
Subcontratos (2)	1,008,719.63	24,713.25
Total	3,789,831.37	847,797.92

(2) Corresponde à componente de proventos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infra-estruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2011 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

	Ano 2010	
	Mercadorias	Materias Primas
Existencias Iniciais		Total
Compras	9,673.77	9,673.77

5

Existencias Finais			
CMVMC	9,673.77		9,673.77
Ano 2011			
	Mercadorias	Materias Primas	Total
Existencias Iniciais			
Compras	84,793.16	69,499.04	154,292.20
Existencias Finais		69,118.23	69,118.23
CMVMC	84,793.16	380.81	85,173.97

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Subcontratos (2)	1,161,685.76	37,525.82
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	602,733.68	131,686.46
Publicidade e Propaganda	23,317.13	
Vigilância e Segurança		1,577.76
Honorários	15,750.00	4,901.24
Conservação e Reparação	221,402.53	36,932.00
Materiais		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	7,399.30	10,629.43
Material de Escritório	9,361.56	1,720.12
Artigos para Oferta	2,586.66	
Energia e Fluidos		
Electricidade	190,040.29	60,000.00
Combustíveis	42,197.60	8,499.33
Reagentes	6,835.30	2,894.92
Outros	410.48	
Deslocações, Estadas e Transportes		
Deslocações e Estadas	11,901.96	1,866.20
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	83,558.68	19,431.66
Comunicação	53,923.53	12,527.71
Seguros	8,147.73	
Contentioso e Notariado	606.00	7,959.00
Despesas de Representação	231.55	86.40
Limpeza, Higiene e Conforto	9,328.60	617.77
Total	2,451,418.34	338,855.82

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infra-estruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

15. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Custos com o pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Remunerações	357,693.25	77,141.06
Encargos Sociais	66,300.86	14,160.70
Seguros de Acidentes de Trabalho	5,590.75	
Gastos de Acção Social (SHT)	3,490.40	
Outros Gastos com o Pessoal	24,506.75	8,977.14
Total	457,582.01	100,278.90

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2011 de 24 pessoas.

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos era como segue:

	Ano 2011	Ano 2010
Rendimentos Suplementares (4)	378,806.68	
Outros Não Especificados	0.34	
Total	378,807.02	

(4) Corresponde ao montante facturado no período em análise, segundo aplicação do Protocolo de Ajustamento Temporário ao Tarifário em Vigor, o qual foi aprovada em reunião da assembleia municipal de 1 de setembro de 2011, como compensação pela aplicação do ajustamento temporário ao tarifário, às quantias correspondentes ao diferencial entre a receita efectivamente obtida pela Cartágua e aquela que obtinha caso aplicasse aos utilizadores as tarifas previstas no tarifário aprovado no âmbito do Aditamento ao Contrato de Concessão.

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outros Gastos e Perdas era como segue:

	Ano 2011	Ano 2010
Impostos e Taxas	36,041.72	60.00
Quotizações	300.00	
Gastos de Períodos Anteriores	88.44	
Multas e Penalidades	1,241.32	
Sinistros e Franquias	1,290.60	
Regularização de Saldos		530.67
Serviços Bancários	4,780.19	435.95
Total	43,742.27	1,026.62

18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização era o seguinte:

	Ano 2011	Ano 2010
Activos Fíxos Tangíveis		
Equipamento Básico	9,857.57	3,918.79
Equipamento de Transporte	1,318.35	

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

	Ano 2011	Ano 2010
Equipamento Administrativo	11,529.13	647.49
Activos Intangíveis		
Investimentos Reversíveis	630,155.99	292,016.71
Total	652,861.04	296,582.99

19. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de Resultados Financeiros apresentava na data de 31 de Dezembro de 2011 a seguinte decomposição:

	Ano 2011	Ano 2010
Juros Suportados		
Juros de Financiamentos Obtidos	253,393.41	100,371.28
Juros Efectivo do Passivo Financeiro (5)(nota 3.10)	482,614.15	
Total	736,007.56	100,371.28

(5) Passivo financeiro registado ao custo amortizado.

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	Ano 2011	Ano 2010
Resultado Líquido do Período	(272,773.58)	392.59
Amortização de Investimentos Reversíveis	511,166.96	
Amortização de Investimentos Reversíveis	(204,466.79)	
IRC e Outros Impostos Incidentes Sobre Lucros	14,626.78	615.95
Multas, Coimas, Juros Compensatórios e Demais Infracções	1,241.32	
Correcções de Períodos Anteriores	88.44	
Matéria colectável	49,883.13	1,008.54
Imposto à taxa de 12,50% (a)	1,562.50	
Imposto à taxa de 25,00% (b)	9,345.78	151.28
Pagamento Especial por Conta	2,495.60	
Pagamento por Conta		
IRC a Pagar	8,412.68	151.28
Derrama	334.22	15.13
Tributações Autónomas	3,384.28	449.54
Total a Pagar	12,131.18	615.95
Imposto do Período	14,626.78	615.95

(a) Incide sobre a matéria colectável até 12.500,00 euros.

(b) Incide sobre a matéria colectável superior a 12.500,00 euros.

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

21.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de dezembro de 2011, não existiam na Cartágua activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal do Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2011	Ano 2010
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.	180,000.00	180,000.00
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	120,000.00	120,000.00
Total	300,000.00	300,000.00

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase, cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2011 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)